

Feminista. Também nos acompanharam a deputada Monica Seixas, a deputada Ediane Maria, a vereadora Elaine do Quilombo Periférico, a vereadora Telma de Souza, lá de Santos, a vereadora Débora e, se eu esqueci de mais algum, porque foram muitos participantes, inclusive o Ouvidor, que nos acompanhou.

Nós visitamos várias residências lá no Guarujá. Estivemos lá nas comunidades, conversando com as pessoas para entendermos toda essa ação do governador Tarcísio. Eu entendo que a polícia tem que fazer o seu papel. Aqueles que têm armas têm que ser presos; aqueles que traficam drogas têm que ser presos. Então a polícia faz o seu papel prendendo.

Se houver confronto com a polícia, a lei diz que tem que usar de força moderada. Então, a polícia tem autorização para usar suas armas em confronto, e tudo isso está dentro do nosso sistema, do nosso ordenamento legal.

O que não está: quando aquelas pessoas que estavam lá nas comunidades que nós visitamos, quando uma pessoa fala, você pode até duvidar “nossa, ele falou, será que é isso mesmo?”; mas quando uma, duas, 10, 20, 30, 40, 50, 100 vão reproduzindo, aí fica complicado.

O poder de polícia não é arbitrário. A polícia não está autorizada a entrar na casa das pessoas sem que haja um mandado expedido pelo juiz. A polícia não está autorizada a invadir o domicílio das pessoas, a provocar terror.

O que o governador Tarcísio está fazendo, a gente chama de terror de estado. Uma coisa é a ação da polícia, é a investigação, é a prisão. Esse é papel do estado. Agora, terror de estado, não!

Eu fiz a indicação, sim, ao Sr. Governador para cessar essa operação, porque não é uma operação que foi pensada, não é uma operação que foi planejada. Simplesmente houve a morte do Patrick Reis, à qual sou solidário, e sou solidário a todas as mortes, não só do soldado, mas de cidadãos também, de pessoas que morrem no dia a dia vítimas do banditismo.

A partir daí houve, então, uma lógica de vingança do governador. E o estado não pode ser tão bandido quanto o bandido. O estado tem que aplicar a lei. Ninguém está acima da lei.

Então, ontem quando eu pude presenciar aquela senhora chorando e dizendo: “eu tenho medo, meu filho não pode sair de casa, meu filho trabalha, chega 10 horas da noite e eu estou com medo do que pode acontecer com os meus filhos”. E nós fomos ouvindo relatos de invasão de domicílio.

Então, se a polícia sabe que tem um bandido naquela casa, ela vai lá, o delegado faz o pedido para o juiz do mandado de busca e apreensão, mandado de prisão, a polícia faz a segurança no entorno, para que aquele bandido não fuja. Ela vai lá e faz a prisão.

E, se houver resistência, ela vai usar a força necessária, que a lei estabeleceu. Mas a polícia não pode fazer invasão casa a casa, conforme o que foi nos falado ontem lá. Isso não é papel de polícia.

Desculpe-me, defender os policiais nós temos que defender. Nós temos que defender aquilo que está dentro da lei. E as câmeras? As câmeras já cairam por terra, porque as câmeras podem ser adulteradas. Tem matéria do “Domingo Espetacular” mostrando que as câmeras podem ser adulteradas. Então, ter câmera ou não ter câmera, já não significa muito, quando vêm essas denúncias. Já não significa muito.

Então, a polícia tem que fazer o papel que a lei estabeleceu. O papel de polícia não é arbitrário, ele não é para ser fora da lei, ele não é para usurpar aquilo que a Constituição estabeleceu.

O policial investigou, descobriu que tem armamento, que tem droga; juiz, mandado de busca e apreensão. Pegou em flagrante: prende em flagrante. Esse é o papel de polícia.

Não é o papel que ontem, nas diligências que nós fizemos in loco, porque uma coisa é vim aqui falar, outra coisa é ir lá ver, é acompanhar. E ontem, in loco, nós visitamos aquelas centenas de moradias e fomos ouvindo dos moradores, das donas de casa, das mães de família falando, narrando o pavor, o medo.

A polícia não é para fazer medo a ninguém. Nós não temos que ter medo da polícia, nós temos que ter respeito. A sociedade tem que ter respeito, ela tem que respeitar a polícia, e não ter medo da polícia. O que nós vimos ontem no Guarujá, pelas entrevistas, por aquilo que nós ouvimos, foi o medo, o pavor, o terror.

Então, terror de estado nós não vamos aceitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Muito obrigado, deputado Reis.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Sr. Presidente, só uma comunicação. O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Para uma informação?

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Deputado Reis, nós também fomos lá até o Guarujá, conversamos com muitas pessoas, inclusive com os policiais, e nenhuma das pessoas que nós conversamos tem medo da polícia.

Tem medo, sim, de bandido, tem medo de traficante, tem medo dos jovens, que vocês falam, que desembarcaram na terça-feira de um SUV preta empunhando fuzil e deram mais de dez tiros na cabo Najara, que está internada na Santa Casa. Desses o povo tem medo, da polícia não.

A polícia entra nos morros e conversa com as pessoas e tem o apoio dessas pessoas. E nós temos o conhecimento e sabemos do temor que essas pessoas têm do crime organizado. Em algum momento aqui no estado de São Paulo vocês vão ter que decidir: se ficam do lado do bandido ou do lado da polícia e dos cidadãos de bem.

Não tem como nós combatermos o crime criando, escondendo a verdade do que acontece no nosso Estado. Não resolveremos nunca o grave problema de Segurança Pública que há, não só em São Paulo, como em todo o Brasil.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Pela ordem, nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Uma comunicação, menos de dois minutos, só para... O major poderia ter ido com a gente lá. Eu acho que nós podemos fazer uma outra diligência lá, inclusive com a participação da Comissão de Segurança Pública, a qual, inclusive, já tem um requerimento de minha autoria, que foi aprovado na última reunião antes do recesso, para que nós pudéssemos fazer uma grande audiência lá no Guarujá, porque nós já tínhamos assistido aqui bandidos com fuzis e armas andando nas ruas como se nada tivesse acontecido.

Não somos contra que essas pessoas sejam presas, que elas paguem pelos seus crimes. O que nós temos que entender é que não se trata de ficar a favor de A ou de B, se trata de ficar a favor da lei. O que impera é o rigor da lei, não a vontade de A ou B. Os agentes do estado têm que acatar, tem que seguir a lei. Não tem cabimento o que ontem algumas senhoras me falaram da forma como a polícia entrou na casa delas. Isso não é aceitável.

Agora, os bandidos, major, é cadeia, sem dó. Aqui não alisa a cabeça de ninguém, bandido é cadeia. Agora, não dá para fazer prisões só quando acontecem fatos. As prisões têm que acontecer durante todo o tempo que o crime está acontecendo. Aqueles policiais que foram alvejados, os seus algozes têm que ser presos na forma da lei. Nós não estamos defendendo nada contra o que diz o nosso ordenamento.

Agora, nós não podemos aceitar abusos porque uma coisa é uma pessoa falar: “Várias pessoas nessa comunidade falaram dos abusos, dos medos e dos traumas.” A polícia tem que trabalhar dentro da lei, dentro daquilo que está escrito na cartilha, é só isso. Se fizer aquilo que está dentro da cartilha, não há problema, ninguém vai questionar. Vale para A, vale para B, vale para mim e vale para Vossa Excelência.

Então vamos, sim, fazer a diligência. Vamos toda a Comissão de Direitos Humanos, Segurança Pública. Eu acho que é melhor porque eu vou lá e vou ouvir de uma pessoa, o senhor vai ouvir de outra, um defende uma coisa, o outro defende...

Vamos ouvir todos? Vamos fazer audiência, ouvir toda a sociedade e entender realmente o que tem que ser feito? E que a polícia trabalhe dentro daquilo que a Constituição estabeleceu.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Srs. Deputados, Srs. Deputados eu vou...

O SR. MAJOR MECCA - PL - Deputado Reis, eu não descí com o senhor...

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Deputado Mecca...

O SR. MAJOR MECCA - PL - Eu não descí com o senhor porque eu não vou descer para o litoral dar pano para bandido. A gente desce para o litoral para apoiar os policiais. Os policiais cumprem a lei.

O SR. REIS - PT - Nas casas que eu visitei ninguém era bandido. Eram trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Nós temos que garantir o direito dos deputados que se inscreveram no Pequeno Expediente, deputado Mecca. Então, por isso que eu fiz advertência aqui.

Eu quero dar aqui a sequência à Lista Suplementar: deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Enio Tatto. (Pausa.) Paulo Mansur. (Pausa.) Marina Helou. (Pausa.) Paula da Bancada Feminista.

Tem V.Exa. o tempo de cinco minutos.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente; aos deputados aqui presentes, às pessoas que nos acompanham, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa; bom, antes de tudo, Sr. Presidente, eu quero desejar boas-vindas para a nossa querida deputada Leci Brandão. Dizer que a Leci fez muita falta nesta Casa e me deixou muito emocionada quando agradeceu nosso mandato aqui.

É pouco, e na verdade é uma grande honra para o nosso mandato coordenar hoje a Frente Parlamentar de Igualdade Racial, que foi iniciada por você, e sem os seus passos, a gente costuma dizer muito no movimento negro que os nossos passos vêm de longe. E, se não fossem os seus passos, provavelmente eu não estaria aqui hoje como deputada. Então, é uma grande honra para mim dividir esse plenário e esta Casa com a senhora.

Sr. Presidente, queria dizer que ontem eu estive com outros deputados - deputado Suplicy, deputada Ediane, deputada Monica, deputado Reis, que esteve aqui agora -, também órgãos como o Condepe, a OAB e a ouvidoria das Polícias no Guarujá para conversar com pessoas que foram vítimas, e que estão sendo ainda vítimas da operação policial que tem acontecido desde esse final de semana e que, segundo o secretário de Segurança Pública, vai se prolongar na Baixada Santista, a Operação Escudo.

Nós estivemos numa comunidade e tivemos relatos que são bastante impressionantes. Eu venho aqui, como vim no dia... na terça-feira dizer que nós iríamos até o Guarujá, venho hoje prestar contas às pessoas que nos acompanham para dizer o que nós vimos e ouvimos no Guarujá.

Bom, nós ouvimos relatos impressionantes, não um, não dois, não dez, muito mais do que isso, de invasões de casas sem mandato judicial, sem autorização judicial. Pela lei brasileira, se não for por uma situação de flagrante, residências só podem ser invadidas pela Polícia com autorização judicial.

E nós ouvimos inúmeros relatos de invasões de residências pela Polícia, sem investigação e sem câmera corporal. E muitas pessoas, mães de família lavando louça e viram sua casa invadida, viram a Polícia com fuzil entrando e falando: “o que está acontecendo, não sei nem o que está acontecendo, calma, tranque a porta, vamos ver, tem droga, o que que tem”, um caos total em muitas casas, crianças expostas a esse tipo de violência.

Nós vimos, eu vi uma foto de uma pichação em um bar de uma comunidade escrito: “O Baep não para”. O bar foi revirado e foi escrito: “O Baep não para”. Mais um relato que nós ouvimos lá e que me surpreendeu muito também.

Ouvimos relatos de duas mortes que me chamaram a atenção: uma morte de uma pessoa que não foi identificada, que as pessoas da comunidade não sabem quem é, mas que foi levada por um carro da Polícia até a comunidade. Os policiais ordenaram que essa pessoa saísse do carro, corresse para o matagal e, ao correr para o matagal, ela levou cinco tiros e foi assassinada. Um outro relato ainda mais impressionante de um homem que estava dentro de casa com um filho de dez meses e que o que se sabe - porque só quem estava em casa era ele e o filho - foi que esse homem foi assassinado com um tiro, com uma criança de dez meses.

E que depois a Polícia entregou essa criança de dez meses a um irmão que vinha andando, de 13 anos. Então, um homem foi assassinado com um bebê no colo, que testemunhou essa violência.

Já falei e repito, policiais sem identificação, policiais sem câmera corporal presenciando, na verdade protagonizando casos tão bárbaros, tão trágicos como esses que nós ouvimos aqui relatados.

O secretário de Segurança Pública confirmou até agora 16 mortes, o terror não está parado no Guarujá, o terror chegou também a Santos, comunidades têm sido invadidas, casas invadidas, as pessoas estão assustadas, desesperadas, não mandam crianças para a escola.

Eu mesma ouvi de uma criança de três anos, deputado Mecca, e desculpa, as pessoas têm, sim, medo da Polícia, porque eu escutei de uma criança de três anos, apavorada, dizendo que tinha medo da polícia, que ficava desesperada quando a polícia chegava lá no beco. Então, eu quero dizer para vocês que, quando nós fomos lá, ouvimos relatos e viemos aqui mais de uma vez, insistentemente, pedir para o governador, para o secretário de Segurança Pública que encerrem imediatamente a Operação Escudo.

Nós fazemos isso - e eu repito - não porque nós entendemos que não é importante combater o tráfico de drogas ou o crime organizado, muito pelo contrário, mas porque nós entendemos também que têm pessoas que não têm nada a ver com essa história, que o único crime que cometem é morar numa favela, é terem a pele escura - isso, por si só, é suficiente pra serem alvejadas - ou pessoas ainda que já tiveram passagem pela polícia, mas que a mera pergunta “você tem passagem?” não é o suficiente pra você tomar um tiro pela frente ou pelas costas e ser executado, mas sim a averiguação sobre existir algo de regular com essa pessoa. Então é muito importante.

Encerro com isso, presidente: que nós falemos, sim, sobre a necessidade do combate ao tráfico de drogas, e que esse tráfico, que é o tráfico internacional de drogas -que ganha tanto dinheiro e que é a segunda maior economia do mundo, perdendo só para o petróleo - precisa ser combatido. Inclusive o tráfico de drogas que é encontrado no avião da FAB, 37 quilos de drogas, e que não tem resposta, que não tem prisão e que muito menos atinge os soldados, os sargentos, que muitas vezes estão envolvidos com a criminalidade e com o tráfico internacional de drogas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Dando continuidade à lista suplementar, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Simão Pedro, deputados e deputadas, telespectador da TV Assembleia, de volta à tribuna de hoje.

Enquanto o secretário da Educação ataca o Magistério, ataca os profissionais da Educação, ataca os alunos, retirando o livro didático da rede estadual, impondo a fiscalização, impondo o assédio, impondo a perseguição aos professores e professoras em sala de aula, obrigando os diretores, através de uma portaria, a fiscalizar, a entrar na sala de aula e fazer relatórios como na época da ditadura militar para fiscalizar os professores...

Enquanto o secretário não paga corretamente o piso nacional salarial com repercussão em toda a carreira; enquanto o secretário não resolve uma questão gravíssima que está acontecendo na rede, e que eu tenho denunciado exaustivamente desde o ano passado, que é a questão da APDs, das Atividades Pedagógicas Diversificadas, que nós estamos lutando para que elas sejam feitas e executadas em local de livre escolha dos professores; enquanto ele não revoga essa famigerada Lei 1.374, que é a lei do Rossieli, do Doria e do Rodrigo Garcia, que acabou com o Magistério, que está destruindo o Magistério estadual...

Também, Sr. Presidente, eu quero ainda destacar aqui algo importante que nós denunciamos e denunciamos exaustivamente: o autoritarismo que reina nas escolas do Programa de Ensino Integral no estado de São Paulo.

Porque existe uma legislação à parte para a contratação dos professores que tem aumentado ainda mais o processo de perseguição. Então o secretário tem que se preocupar com essas questões todas que eu coloquei aqui, não em retirar livro da rede estadual de ensino.

Mas olha: a situação é tão grave, Sr. Presidente, que os nossos professores e professoras, profissionais da Educação, estão adoecendo. Eles não aguentam mais trabalhar na rede estadual por conta desse contexto, dessa situação que eu registrei aqui e de outras também.

Mas olha: a situação é tão grave que, para ilustrar o que eu disse, temos um professor, um colega nosso da rede estadual de ensino, um professor de filosofia da rede estadual que está em greve de fome. Esse professor não aguentou mais e chegou a esse ponto.

Então, é um grito de socorro, é um protesto e é também a ilustração mais fiel do que está acontecendo na rede estadual. O professor Ulisses, professor Ulisses Gomes Bueno, foi demitido da escola em tempo integral, da escola PEI Dona Irene Machado Lima, que fica na região de Registro, que pertence à Diretoria de Ensino de Registro.

Ele foi demitido, ele é professor efetivo, concursado, e na escola PEI não há lotação de cargo, professor não tem estabilidade. Ele fica refém dos humores, da vontade da direção da escola ou de uma tal de avaliação 360.

O professor foi afastado da escola. A diretoria de ensino atribuiu aula a esses professores, como ele é efetivo, ele tem direito a dar aula em três escolas diferentes, a quilômetros e quilômetros de distância uma da outra, deputada Leci Brandão.

Ou seja, o professor não vai conseguir lecionar em três escolas no mesmo dia, em regiões distantes. Tem uma que tem 70 quilômetros de distância da outra escola, naquela região de Registro, no Baixo Vale do Ribeira.

O professor entrou em um colapso, com certeza, qualquer um de nós entraria, então ele está em greve de fome. Ele tem o apoio aqui da Apeoesp, ele está na subsede da Lapa, deputado Simão Pedro, que é professor também, inclusive de Filosofia. Olhe só a situação do professor, esse é o retrato da rede. É o professor Ulisses.

Nós estamos acompanhando, eu já entrei em contato com a Diretoria de Ensino de Registro, já oficializamos o gabinete do secretário para que providências sejam tomadas, para que esse professor volte para a escola PEI ou que ele tenha atribuição de aulas em uma única escola, onde ele possa lecionar.

Enfim, que ele seja ouvido, que ele seja, no mínimo, recebido pela Diretoria de Ensino de Registro, que não recebeu o professor, não conversou com o professor, nem a Secretaria da Educação, porque se acontecer alguma coisa com o professor Ulisses a Secretaria, a Seduc será responsabilizada em todos os níveis, porque ela está sabendo, ela foi oficializada, o nosso mandato oficializou o gabinete do secretário.

Eu fiz contato com a Diretoria de Ensino de Registro. A dirigente regional de Registro será responsabilizada juntamente com o secretário da Educação por omissão, estão prevaricando diante de uma situação gravíssima.

Então fica aqui o nosso total apoio, a nossa solidariedade ao professor Ulisses. Exigimos que a Secretaria da Educação resolva imediatamente a situação do professor Ulisses e de toda a rede estadual, fazendo uma revisão dessa legislação extremamente autoritária da contratação dos professores e diretores da escola PEI. Isso tem que ser revisado, Sr. Presidente.

Por fim, apelo ao secretário para que encaminhe em regime de extrema urgência o projeto de lei que ele disse que encaminharia à Assembleia Legislativa para revogar artigos, para mudar os artigos da Lei 1.374, sobretudo na questão das APDs e da falta- aula.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 03 minutos.

\*\*\*

## 4 DE AGOSTO DE 2023

### 1ª REUNIÃO

Presidência: REIS

#### RESUMO

1 - REIS
Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 11 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 07/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.

## 7 DE AGOSTO DE 2023

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Manifesta apoio à luta da população pela duplicação da estrada do M'Boi Mirim.
4 - REIS
Assume a Presidência.
5 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 08/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Flório. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Quero cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, que está conduzindo os trabalhos hoje, o público presente, os policiais militares, os policiais civis, os policiais penais, os técnico-científicos, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles que nos acompanham pela rede Alesp, todos os que assistem pela rede Alesp; e cumprimentar todos os moradores da região da M'Boi Mirim. Eu quero falar da M'Boi Mirim.

A estrada do M'Boi Mirim, naquele trecho que vai do Hospital M'Boi Mirim, ou do terminal de ônibus propriamente dito até a Vila Calu, há muitos anos que a população clama pela sua duplicação, a sua adequação viária. E é fruto de “n” promessas, Sr. Presidente.

O João Agripino Doria, quando assumiu a prefeitura em 2017, suspendeu todo um projeto que vinha da gestão do professor Fernando Haddad, hoje ministro da Fazenda. Um projeto que já tinha sido licitado e já havia uma empresa para dar início à duplicação. O estudo foi suspenso.

Depois vieram novas promessas. Ele acabou indo para o Governo do Estado, virou governador de São Paulo. Vejam: uma pessoa que enganou tanta gente, o povo ainda foi lá e votou para que ele fosse o governador de São Paulo. Eu até o chamava, na Câmara Municipal, de João Enganador, porque ele era expert em enganar as pessoas.

Aí foi lá, prometeu novamente a duplicação da estrada do M'Boi Mirim. Tem placas agradecendo, faixas ao longo da estrada do M'Boi Mirim, agradecendo pelas obras que nunca foram feitas. Não foram realizadas.

Por conta da eleição, em 2022, novamente a toque de caixa, o governador, na época, governador Rodrigo Garcia, foi lá e colocou uma grande placa sobre a obra de duplicação. Agora, o atual governador repintou a placa. O Tarcísio de Freitas foi lá e já colocou o dele.

O logo do governador parece até da Drograria São Paulo, não sei se vocês já perceberam isso. Quando vocês olham o logo, lembra a Drograria São Paulo. Ele foi lá e já colocou a nova placa. Sobre as obras, eu fiz um requerimento de informação. Mas, o governo de São Paulo não responde os requerimentos de informação dos Srs. Deputados. Porque eu tenho requerimento, desde quando eu cheguei aqui, e não tem uma resposta até agora.

Agora nós vamos para a LAI, Lei de Acesso à Informação. Já que o governo não respeita este Parlamento, não respeita os deputados e não responde os requerimentos que os deputados encaminham.

Então, como eu percebi que houve alguma coisa muito irregular... Porque, imagine que, no mesmo dia em que colocaram a placa, eles fizeram todo o procedimento de formalização, de finalização da licitação. O cara deu o aval, assinou o contrato, deu ordem de início, tudo no mesmo dia.

É uma coisa incrível. E até hoje a população está aguardando a duplicação da estrada do M'Boi Mirim. Já que é o DER que vai fazer, nós fizemos esses questionamentos ao DER. Por que não tem o licenciamento ambiental, não tem os recursos para custear as desapropriações?

É uma série de irregularidades. Então nós estamos aguardando essas informações, que até agora não chegaram. Porém, os movimentos sociais, os movimentos de luta, eles vão fazer um grande ato, no dia 11, às 6 da manhã.

São duas promessas não cumpridas: o prolongamento da linha do Metrô do Capão Redondo até o Jardim Angela, que totaliza três quilômetros e se arrasta há muitos anos, e a duplicação da estrada do M'Boi Mirim.

Haverá esse grande ato, na estrada do M'Boi Mirim, 6 horas da manhã, na altura do no10.080, em frente à igreja Nossa Senhora de Guadalupe. Ato que está sendo chamado por vários movimentos sociais. Vários parlamentares estarão presentes.

Estamos convidando todos os moradores daquela região, aquele povo que sofre de manhã, naqueles ônibus lotados, que sofre para chegar até o seu emprego, até o seu trabalho, e no retorno sofre muito para chegar em sua residência, para que participem desse grande ato, cobrando do governador sua responsabilidade, cobrando da prefeitura sua responsabilidade, para que essa Estrada do M'Boi Mirim seja duplicada, o quanto antes. Que, também, o prolongamento da linha do metrô do Capão Redondo até o Jardim Angela aconteça de fato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis. Quero me associar ao que disse V. Exa. manifestando todo nosso apoio a essa luta da população da região do Jardim Angela, do M'Boi Mirim, do Capão Redondo, enfim, pela duplicação da Estrada do M'Boi Mirim, da extensão do metrô Capão Redondo até o Jardim Angela.

E, também, deputado Reis, estendendo aqui a nossa luta lá na Capela do Socorro, no Grajáú, pela duplicação da Avenida Belmira Marín, que vive o mesmo processo de estrangulamento. Então, estamos juntos nessa luta, parabéns pela sua intervenção.

Passo a palavra à V. Exa. para continuar conduzindo os trabalhos.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Bom, assumindo, aqui, a Presidência e dando continuidade à lista de oradores e oradoras, eu chamo para fazer o uso da palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, após intensa pressão que nós fizemos em cima do governador Tarcísio, da Secretaria da Educação, denunciando, acionando o Ministério Públi-